autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 30-08-2023

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Iniciamos os trabalhos da 12ª Audiência Pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, dia 30 de agosto.

Esta audiência pública foi convocada para discutir e instruir diversos projetos de lei.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 25 de agosto; foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo,* em 25 de agosto e, no jornal *Folha de S.Paulo,* em 26 de agosto.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 25 de agosto, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar. Vamos seguir um pouco à risca esses três minutos, porque nós temos dois projetos, hoje.

Um deles é um projeto de autoria minha e da Vereadora Sandra Santana e há um projeto do Executivo, que fala sobre o Iprem. Então, estará bem restrito o tempo para as pessoas falarem, porque temos o espaço somente até às 13h30.

Como a discussão do meu projeto tende a ser mais rápida, então, vou abrir com esse PL. Discutiremos o fechamento de rua e, assim que se encerrar, teremos muito mais tempo para poder falar sobre o projeto do Executivo.

Declaro aberta a audiência pública para tratar do PL 12/2023, de autoria dos Vereadores Thammy Miranda e Sandra Santana, que altera dispositivos da Lei 16.439, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre restrição à circulação em vila, bem como em ruas sem saída ou

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

ruas com baixo impacto no trânsito local.

Foram convidados para a audiência pública: Sra. Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão; Sr. Juarez Nunes Mota, Subsecretário do Tesouro Substituto, representando a Secretaria Municipal da Fazenda; Sra. Márcia Regina Ungarette, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, Iprem; Sr. Claudio Campos, representando a Secretaria Municipal das Subprefeituras; e Sr. Valtair Ferreira Valadão, representando a Companhia de Engenharia de Tráfego, CET.

Estão presentes a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e o Vereador Celso Giannazi. Gostaria de saber se os meus nobres colegas querem proceder à fala.

A princípio, abrimos o PL 12, de 2023, que é o meu projeto e da Vereadora Sandra Santana, sobre fechamento de rua. Em seguida, vamos para o do Iprem. Não sei se é pelo meu projeto.

Gostariam de falar alguma coisa sobre ele?

O SR. CELSO GIANNAZI – É sobre o outro, Presidente. O 447.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – *O.K.*

Então, convido o representante da Secretaria Municipal das Subprefeituras, Sr. Claudio Campos, para sua fala. Segue *on-line*?

O SR. CLAUDIO CAMPOS – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, demais presentes.

Esse é um tema de bastante interesse para questões de uso e ocupação do solo. Nossa Secretaria manifestou a respeito desse projeto de lei e a gente... enfim, envolve questões de fechamento maior do que a gente já tinha anteriormente – além das áreas internas a quadras fiscais, abrangem áreas maiores do que isso. Nós nos manifestamos, com relação a alguns pontos, que acredito que a Câmara dos Vereadores está levando em consideração.

Ficamos à disposição para alguma dúvida que houver com relação a isso.

Era só isso, Sras. e Srs. Vereadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. Cláudio.

Com a palavra, o Sr. Valtair Ferreira Valadão, representando a CET.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. VALTAIR FERREIRA VALADÃO – Bom dia a todos os presentes e demais da Mesa.

Gostaria de trazer, por parte da CET, um comentário de que também manifestamos sobre o projeto de lei. Estamos à disposição para responder questões e algumas perguntas. Estamos acompanhando a reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. Valtair.

Passemos aos inscritos de forma virtual.

Sra. Carolina Vianna, da entidade Vizinhança Solidária Jardim Morumbi.

A SRA. CAROLINA VIANNA – Gostaria de colocar meus agradecimentos ao Vereador Thammy Miranda e todo grupo envolvido nesse PL.

Nós, do grupo de Vizinhança Solidária, temos contato com vários outros grupos de moradores e vemos a importância desse PL para que melhore a segurança e a fluidez do trânsito nas ruas calmas, sem grande impacto para cidade como um todo.

Podemos ver que, em vários bairros, esse é um problema muito grave. A questão da segurança faz com que as pessoas circulem em ruas pública que não têm movimentação – como aconteceu, há pouco dias, várias ocorrências. Isso foi filmado; ficam monitorando a vida das pessoas daquelas ruas e fazem assaltos, roubos e um aumento enorme da criminalidade que a segurança pública não consegue dar conta, em toda a cidade.

A gente acredita que esse PL é um ponto muito favorável, para que melhore e que nós, vizinhos – hoje, a gente contribui com o que podemos na parte de segurança, conversamos com os moradores, iluminação e tudo – que essas questões de fechar ruas, não precisem ser transitadas, que aumente e que melhore a segurança de todos.

Segundo ponto que vai favorecer esse PL é a questão do trânsito. Hoje em dia, com o crescimento da cidade, vemos que as pessoas são levadas, às vezes, por aplicativos; às vezes, para correr do trânsito, ficam cortando caminho em ruas pequenas, estreitas, causando não só acidentes, como até a circulação de caminhões, de ônibus por zonas que não são permitidas.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Estão cortando caminho para sair do trânsito e acabam causando impacto no asfalto, nos muros, nas árvores, até no barulho da cidade. Então, as ruas que deveriam ser calmas e tranquilas e tudo mais, possuem um carro circulando por ali.

Então, por esses dois motivos, principalmente, pela segurança e pelo melhor trânsito que a gente acredita que esse PL vai ajudar. Somos favoráveis e nos colocamos à disposição com outros grupos, para que possamos contribuir.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sra. Carolina.

Com a palavra, o Sr. Henrique Anders, da Associação Rua Comandante Garcia d'Ávila. (Pausa). Ausente.

Passemos aos inscritos presenciais. Com a palavra, o Sr. João Santos.

O SR. JOÃO SANTOS – Bom dia, Vereador Presidente, nesse momento, da Comissão de Constituição e Justiça. Bom dia, Vereador Celso, meu amigo, trabalhamos um bom tempo juntos. Gente da mais alta qualidade. Bom dia, Vereadora Silvia.

Meu nome é João Santos, trabalho com a Vereadora Sandra Santana. Nós ajudamos a escrever, na verdade, esse projeto do Vereador Thammy em 2012, agora com a acessibilidade de fazer uma pequena alteração ou algumas pequenas alterações.

Não vou querer ser redundante, mas quero dizer que não é privilégio nenhum esse projeto de lei, para ninguém. Acho que a primeira pessoa que falou – a senhora ali – está correta. A questão de segurança é fundamental, tanto para o representante da Secretaria das Subprefeituras, quanto para a CET; ele não tira a deliberação e a obrigatoriedade do CET dar esse parecer favorável ou não favorável. Sempre, no caso de quando se tira dentro da mesma quadra fiscal, é o CET que vai deliberar. Então, não é, em nenhum momento, uma questão inerente, relacionada diretamente a Subprefeitura. É o CET que têm a capacidade técnica e logística de dizer se aquilo vai impactar ou não.

Se impactar, não fecha; não impactando, pode fechar. E aí, cabe ao Subprefeito da região fazê-lo. Então, pedimos, tanto aos Vereadores do PSOL, quanto os Vereadores dessa

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Casa: apoiem esse projeto, que é fundamental. Além da aprovação, a articulação junto ao Prefeito, ao Executivo, para que seja sancionado da melhor forma possível.

Parabéns pela iniciativa Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. João.

Com a palavra, o sempre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Boa tarde.

Queria agradecer a oportunidade de estar nessa audiência pública falando de um projeto que é totalmente diferente do que vai ser o projeto seguinte. Esse projeto, para nós, é muito importante, porque coloca em alguns lugares o fechamento de ruas pequenas e algumas vilas, onde as pessoas se sintam um pouco mais seguras na cidade de São Paulo. Hoje está muito difícil morar na cidade de São Paulo.

Eu queria fazer duas perguntas – seria a mesma pergunta para o representante da CET e para a Subprefeitura. O João falou que – inclusive, ajudou a escrever esse projeto com vocês – que a palavra final é da CET. Eu queria ouvir um pouquinho da CET, saber qual é a posição da CET e da Subprefeitura em cima desse projeto.

Em seguida, gostaria de dar continuidade no meu tempo. Ainda tenho dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Algum representante da CET ou da Subprefeitura para responder à pergunta do Sr. Juscelino? (Pausa)

O SR. CLAUDIO CAMPOS – Pois não, Sr. Vereador. Estou à disposição da Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Sr. Juscelino, qual seria a pergunta?

O SR. JUSCELINO GADELHA – Gostaria de fazer a mesma pergunta, tanto para a CET quanto para a Subprefeitura.

Qual é o posicionamento em cima do projeto 12/23?

O SR. CLAUDIO CAMPOS – Já temos trabalhado com o fechamento de ruas e vilas.

Isso não é uma lei nova. Já promovemos o fechamento, analisamos e, até o momento, nós verificamos se há algum acesso a parque municipal, a órgão público, algum

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

equipamento público de acesso da população e, nesses casos, não é possível, porque a população precisa ter acesso.

Outra questão que a gente normalmente verifica é que haja acesso dos pedestres, que o espaço da via seja adequado à cadeirantes, por exemplo, pessoas com limitações físicas e tudo mais. Então, para isso, tem que ter uma largura mínima do acesso de pedestres. Isso normalmente é verificado.

Atualmente, o projeto limita-se ao fechamento de ruas e vilas dentro de uma quadra fiscal – isso significa que vias realmente muito pequenas é que são restritas, para que não haja problema para a população que circula, tanto a pé, quanto os carros, ônibus e etc., na região, para que não tenham que contornar esse bloco. Isso normalmente não acontece dentro das quadras fiscais; são os quarteirões, de uma maneira mais simplificada. O projeto de lei está alterando isso, está prevendo o fechamento envolvendo duas ou mais quadras fiscais e isso logicamente teria de ser avaliado caso a caso, mas nós temos um certo receio de que isso, dependendo de como for administrado, gere grandes blocos fechados, talvez, partes de bairros fechados.

Para vermos a questão da segurança, realmente, isso provavelmente ajudaria com relação à segurança urbana; por outro lado, temos receio de que se crie zonas de exclusão, coisas nesse sentido e isso poderia eventualmente até promover mais violência e mais insegurança. Não são só essas questões.

Nós fizemos uma análise do processo que foi enviado para a Secretaria, mas são questões técnicas que tem de ser ajustadas no projeto de lei. Acredito que se tiver alguma outra dúvida, posso esclarecer.

O SR. GILSON BARRETO – O parque da CET... Permita-me, Vereador, posso estar com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Sim, está com a palavra.

O SR. GILSON BARRETO – Pois não, Presidente. Obrigado.

Para a CET, a nossa preocupação – dando a sequência na palavra anterior, senhor

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

representante da Subprefeitura – é a questão da mobilidade das vias do entorno dessas quadras que se propõe a serem fechadas. A preocupação é exatamente no atendimento de impacto nessas vias do entorno, nas questões de atendimento de entrega de serviços e outras necessidades também de emergências. Também, o impacto que vai trazer nessas outras vias, até a própria acessibilidade do morador, na medida que, em sendo fechado mais de uma quadra, vai obrigar a uma certa alteração, inclusive de acesso de moradores.

Então, é necessário, sim, fazer uma análise criteriosa para que não ocorra uma situação que venha a trazer prejuízo nas vias do entorno e, às vezes, até no próprio bairro. Basicamente, seria essa a nossa preocupação com relação a essa mobilidade na área interna e naquelas vias que estão sendo afetadas.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Eu queria agradecer a questão da CET e da Subprefeitura.

Primeiro, a questão da acessibilidade está preservada na lei, está só mudando um artigo da lei, que é que um ou dois quarteirões possam ser fechados. Essa é a discussão. O resto está tudo preservado na lei. A questão do bolsão: isso não existe, porque não é essa a intenção da proposta dessa lei. A gente apoia a lei e a única coisa que está modificando a lei é nesse artigo, que possa ser uma ou mais quadras fechadas. É só isso.

No âmbito geral, a lei já está concedida e a CET, que é a palavra final, sempre obedece a essas questões. Então, a única questão que nós estamos discutindo é que ela poderá ser fechada em uma ou duas quadras.

Então, nesse sentido que eu queria entender um pouco mais o posicionamento da CET em cima desse artigo que está sendo modificado, está certo? E na questão da Subprefeitura, é importante também, porque o Subprefeito que vai fazer esse fechamento, mas a palavra final é da CET e a lei mantém isso, o artigo dessa lei mantém isso.

A palavra da CET, nesse momento, é uma palavra muito importante para nós sabermos o posicionamento da modificação desse artigo que está sendo colocado.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. GILSON BARRETO – É o que eu já comentei; é uma preocupação de ter uma análise bem criteriosa, com relação às vias do entorno.

Sabemos que a lei já permite o fechamento de uma quadra fiscal; o acesso dos moradores, os serviços daquela quadra estão preservados, sim, mas na medida em que se amplia esse fechamento, há de se fazer uma análise com relação a esses impactos no entorno. Então, isso seria caso a caso. Teria de se verificar as condições da situação dessas quadras e o que vai ocorrer em termos da mobilidade do entorno da via, das quadras que serão fechadas.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Eu queria agradecer. O meu tempo já encerrou.

Obrigado ao Vereador, à Vereadora Sandra. Queria cumprimentar o Vereador Riva, Líder do Governo e pedir apoio ao PL 12, do Vereador Thammy e da Sandra Santana.

O SR. FABIO RIVA – Eu queria pedir coautoria, inclusive.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Então, perfeito. Com o apoio do Líder, agora vão aprovar o mais rápido possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado.

Convido agora o Sr. Henrique Anders, que está de forma *on-line*.

O SR. HENRIQUE RODRIGUES ANDERS – Bom dia a todos. Obrigado pela palavra.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, autoridades, agradecer ao Vereador Thammy e reconhecer o trabalho que vem sendo feito, reconhecer o trabalho que ele tem se preocupado em fazer, de promover um desenvolvimento urbano e as regras sociais da nossa cidade de maneira democrática, envolvendo a comunidade.

Participei de diversas reuniões com o Vereador, tive esse privilégio na Subprefeitura da qual eu participo, a Subprefeitura do Butantã, na qual foi notória e visível a preocupação do Vereador em ouvir os munícipes, em atender os anseios dos munícipes e buscar a conciliação entre as necessidades e a ordem pública.

Dito isso, eu gostaria de entrar na questão do mérito do PL em si. Tivemos uma série de questões envolvendo especificamente ruas. Essa questão que foi mencionada agora, da

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

única quadra fiscal, ou seja, da rua fechada ter o acesso controlado, mas que ela atenda a uma única quadra fiscal.

Ocorre que o art. 2º da lei atual tem três incisos, mas vem sendo construído jurisprudencialmente; ou seja: não é o que está escrito na lei, é uma questão interpretativa de que esses três incisos seriam acumulativos e não alternativos; ou que esses três incisos deveriam estar presentes sempre em todas as ruas a terem os seus acessos controlados. Isso não é possível, tendo em vista que um é vila, outro é rua sem saída. São conceitos diferentes, outro é rua sem impacto no trânsito local. Você pode ter uma rua sem impacto no trânsito local e não é rua sem saída, ou que não é vila.

Só que no entendimento jurisprudencial que foi sendo formado ao redor do tema, em um entendimento incipiente, mas que tem gerado entraves aos munícipes, é de que esses três incisos deveriam ser cumulativos. Isso tem sido um problema para nós, munícipes da cidade de São Paulo, porque à medida que você exige os três simultaneamente em uma mesma rua, você não vai ter nenhum efeito prático: está proibido, não vai fazer, não é possível.

Então, os ajustes realizados pelo projeto 12/2023, proposto pelo Vereador Thammy, são justamente no sentido de acertar a técnica legislativa e jurídica para que se viabilize a utilização do instrumento criado em gestões passadas. Acho que isso é importante. Venho, como advogado, falar a respeito do assunto e venho também como munícipe. Porque ver que, sim, observados os critérios técnicos, observadas as questões da CET, de trânsito de ruas sem impacto no trânsito local, etc. – afinal de contas, é a coisa pública –, isso vem trazer maior segurança para os munícipes, para os moradores, e, como já dito na audiência pública anterior...

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Para encerramento, Sr. Henrique, por favor.

O SR. HENRIQUE RODRIGUES ANDERS – ...que viram bolsões isolados, ermos, escuros, mais fáceis de serem vitimados por malfeitores, por meliantes.

Agradeço à Associação Rua Comandante Garcia d´Ávila e manifesto o nosso apoio e apreço ao trabalho que vem sendo feito de forma tão séria.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sr. Henrique.

Convido a próxima inscrita, Sra. Flávia Violin, e declaro encerradas as inscrições para o PL 12/2023.

A SRA. FLAVIA VIOLIN – Primeiramente, agradeço ao Vereador Thammy por todo o apoio que tem dado em relação à comunidade. Muito obrigada.

Quero falar como mãe e até me emociono, peço desculpas. Sou moradora do bairro há muitos anos. Meu marido cresceu neste bairro e me vejo refém dentro da minha casa. Não posso sair na rua com os meus filhos. Meus filhos nunca andaram de bicicleta na rua de casa, que é uma rua tranquila. Meus filhos não podem brincar com os amiguinhos, chutar uma bola.

Eu entendo que a polícia desenvolve um trabalho maravilhoso, se esforça ao máximo, mas é muita gente que aciona e eles não conseguem suprir toda a demanda. Então, acho que a única forma de dar um pouco de segurança para as famílias que hoje são reféns dentro das suas casas é fechando essas ruas.

Venho pedir para que essa questão seja vista com carinho. Nós, do nosso bairro, nos comprometemos a agir estritamente dentro da legalidade. Temos plena ciência de todos os problemas que podem acontecer e estamos dispostos a sempre conversar e a nos manter dentro da lei e a solucionar qualquer problema que possa surgir.

Por esse motivo, quero, mais uma vez, pedir que essa pauta seja apreciada com carinho, porque vejo muitas crianças e muitos idosos ali, reféns dentro de casa e é uma forma que a gente encontrou de conseguir dar um pouquinho de segurança e tranquilidade para cada um dos moradores daquele bairro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado.

Declaro realizada a audiência pública sobre o PL 12/2023.

Declaro aberta a audiência pública para tratar do PL 447/2023, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas de Previdência – QAP e respectivo plano de carreira e cargos, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

- Iprem, altera a Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005 e dá outras providências.

Foram convidados para esta audiência pública: Sra. Marcela Cristina Arruda, Secretária Municipal de Gestão; Secretaria Municipal da Fazenda, representada pelo Sr. Juarez Nunes Mota, Secretário-Adjunto do Tesouro Municipal; Sra. Márcia Regina Ungarette, Superintendente do Iprem; Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil; Vereadores Fabio Riva, nosso Líder do Governo, Silvia da Bancada Feminista, Celso Giannazi e Toninho Vespoli, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Algum dos nossos convidados gostaria de começar? (Pausa).

Chamo, primeiro, a Sra. Marcia Regina Ungarette, Superintendente do Iprem.

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Boa tarde a todos e a todas, Srs. Vereadores e Sra. Vereadora. Serei breve.

Na verdade, o PL 447/2023 propõe a criação de uma carreira para o Instituto de Previdência do Município de São Paulo denominada Analista de Previdência. Inclusive, tem sido reiteradamente recomendado pelo Tribunal de Contas do Município que exista um quadro próprio do Iprem que possa, na verdade, exercer as funções necessárias para o funcionamento do Regime Próprio de Previdência do Município.

O Iprem é única e exclusivamente unidade gestora. Na verdade, o RPPS é muito maior do que o Iprem. O RPPS é composto pela entidade gestora – no caso, o Iprem – e também pelos fundos previdenciários; hoje, o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário.

O projeto foca, nesse aspecto, na criação dessa carreira sem prejuízo, obviamente, da carreira que já existe hoje no Iprem. Hoje, temos a APDO, o AAG, além de Analista de Assistência Social e também estamos com um processo bem avançado de abertura, pedindo autorização para que seja aberto um concurso público para preenchimento das 33 vagas de APDO que o Iprem possui hoje e mais 25 vagas do AAG, que é a carreira de nível médio do município. As carreiras do Iprem, hoje, são iguais às do município.

No caso do Analista de Previdência, a carreira segue a mesma lógica da carreira de Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional – APDO, não só no aspecto da

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

tabela de remuneração como também em relação à progressão, à movimentação. A gente fez esse ajuste para que não houvesse nenhum tipo de diferença em relação a essa carreira. Este é um dos objetivos: a criação desses 70 cargos.

Também está-se propondo a criação do Comitê de Monetização, um Comitê que, na verdade, faria avaliação prévia de eventuais imóveis que possam ser oferecidos pelo município de São Paulo ao Fundo Previdenciário, porque todos os imóveis pertencem ao Fundo Previdenciário.

A outra questão é em relação ao Comitê de Investimento. Só um breve relato. O Comitê de Investimento já existe. As atribuições dele já estão definidas, inclusive de acordo com o órgão supervisor, que é o Ministério da Previdência Social. Esse Comitê está hoje instituído por decreto, e o objetivo era que ele fosse instituído na lei para dar garantia maior, na verdade, à composição desse Comitê. Depois de três anos de sancionada a lei, o Comitê obrigatoriamente terá que ser composto, em sua maioria, por servidores do município de São Paulo, servidores efetivos. E a qualificação é uma qualificação que vai crescendo ao longo do tempo, até que essa certificação atinja o que é chamado de nível avançado. Isso é estabelecido também pelo Ministério da Previdência Social.

Existe uma portaria, que é a 1467/2022, que regulamenta detalhadamente tudo isso. Então, o objetivo não foi criar nada. Na verdade, o objetivo é só tornar isso uma lei e não deixar no âmbito de um decreto, porque decreto é muito mais fácil ser mudado. É diferente de uma lei, porque ela dá muito mais garantia, digamos assim. Então, esse é outro objetivo.

Finalmente, com relação aos Conselhos, que têm gerado tanta polêmica, continua exatamente como era. O que muda, na verdade, é que o Conselho, da forma como foi concedido lá atrás, em 2005, estava focado, única e exclusivamente, no Iprem, que é a entidade gestora e, na verdade, o que a gente quer é que ele seja responsável pelo RPPS, o complexo, na verdade. O complexo são os fundos previdenciários e também a unidade gestora. É isso tudo que está colocado.

Basicamente, é isso, no que diz respeito ao Iprem.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Tem a palavra a Sra. Marcela Cristina Arruda, Secretária Municipal de Gestão.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA – Oi, boa tarde a todos, a todos os servidores e entidades que estão acompanhando.

No que cabe ao PL, de forma geral, tem, na sua maior parte, a competência do Iprem, com as exposições que já foram ditas. No que cabe às alterações complementares do PL, há a atualização de uma lei que trata da saúde do servidor, mas é mais do fluxo do procedimento Coges. Antes, havia a necessidade de que a autoridade máxima, o Secretário, homologasse juntas médicas de perícia. Isso atrasava muito mais o processo. Para sanar isso, dentro de várias medidas de desburocratização em relação à saúde do servidor, agora a proposta é que não necessite mais haver um passo de homologação, de junta médica, quando da situação de perícia. Essa alteração complementar diz respeito ao ponto saúde do servidor e é lei. Há também ajustes de sugestão de fortalecimento do programa residência, porque virou *case* nacional, inclusive replicado por Tribunais de Contas no Estado e também agora mais recentemente no âmbito federal, pela Procuradoria Geral da União.

Então, o programa de residência São Paulo admite, no prazo de um ano e até dois anos, a partir de processo seletivo, pessoas formadas. Ele virou um *case* nacional, a um pleito por fortalecimento disso, ao lado de muitas medidas de aperfeiçoamento dos serviços gerais e nada se confunde com o trabalho próprio de servidores.

Sr. Presidente, acredito que, da parte complementar, são esses os pontos. Há um outro ponto também. Perdoe-me valer à referência, mas há duas carreiras na Prefeitura de São Paulo: analista de gestão de políticas públicas e auditores internos, que são as únicas carreiras que não podiam assumir cargos em comissão quando do período probatório. Todas as demais podem. A gente, agora, está equilibrando isso também dentro de um pacote que a gestão tem sugerido, de aperfeiçoamento e valorização dos servidores efetivos.

Então, passa a partir desse complemento, se aprovado, a carreira de AGPPs, Analistas de Gestão em Políticas Públicas e auditores internos, também podendo ocupar cargos

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

de confiança, como outros servidores efetivos, prestigiando assim os servidores efetivos também em cargos de confiança.

Sr. Presidente, acredito que esses são os pontos. Eu fico à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Já estão encerradas as inscrições para as falas.

Tem a palavra o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a todos e todas. Saúdo a presença da Sra. Márcia Regina Ungarette, do Iprem, da Sra. Secretária Marcela Arruda: é importante a participação de vocês; do Sr. Secretário Fabricio Cobra e dos meus Colegas Vereadores, inclusive minha Colega Silvia.

Digo, muito rapidamente, que a gente tem uma preocupação. Já fizemos a primeira audiência pública sobre esse projeto. Primeiro: há um problema gravíssimo quanto à forma e depois quanto ao mérito. Quanto à forma, já foi falado, na primeira audiência pública, que não foi discutido. É um projeto que não é transparente e não é democrático; e não foi discutido com os servidores e com as entidades representativas dos servidores.

O projeto chegou à Câmara Municipal de São Paulo. As entidades fizeram vários apontamentos. Os servidores fizeram vários apontamentos em relação ao projeto que chegou à Câmara Municipal e, hoje, nós estamos com um substitutivo em mãos e temos uma versão três. É o Sampaprev 3 que o Prefeito Ricardo Nunes mandou para a Câmara Municipal. O que era ruim ficou pior ainda.

O que acontece, Sra. Secretária e Sr. Secretário Fabricio? Ele tira a competência dos Conselhos, tanto deliberativo quanto fiscal, cria os Comitês – dois Comitês – que vão gerenciar o dinheiro da vida dos servidores públicos aposentados e pensionistas na cidade de São Paulo.

Nós – o servidor público aposentado e pensionista – podemos ficar muito preocupados, porque corremos o risco, no futuro, de não termos as nossas aposentadorias,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

porque o Prefeito Ricardo Nunes imaginou dois Comitês acima desses Conselhos que existem hoje. Os Conselhos que existem hoje são paritários. Os servidores têm eleição. Os servidores escolhem os seus representantes, que é legítimo, porque é o dinheiro das nossas contribuições. Contribuímos a vida toda.

Sr. Secretário e Sra. Secretária, também sou servidor. A gente contribuiu a vida toda e espera se aposentar um dia. Com esses Comitês... criaram-se os Comitês, com o preenchimento desses cargos dos Comitês por indicação política do Prefeito de plantão. Hoje é o Prefeito Ricardo Nunes. Amanhã, a gente não sabe. Enfim, os Prefeitos vão embora e os servidores ficam.

Há casos já, no nosso país, como Correios, Banco do Brasil, Petrobras, de vários fundos de previdência que quebraram. Os servidores, os trabalhadores arcaram com as consequências de uma má gestão, de uma incompetência na gestão ou de fraude mesmo na gestão desses fundos e hoje o que está sendo colocado é isso: as entidades, os servidores já fizeram várias proposituras, para que deixem as representações paritárias deliberativas dos servidores e que esses Comitês também sejam preenchidos por servidores públicos, por indicações, por votação de servidores públicos elegendo seus representantes para participar desses Comitês.

Sra. Secretária Marcela, eu fiquei muito preocupado, porque olhando o substitutivo... S.Exa. com todo respeito, falou de um *case* de sucesso. O que nós estamos vendo é que foi colocado esse jabuti, que apareceu aqui. O que é um jabuti? Jabuti é algo que aparece no projeto. É uma prática do Prefeito Ricardo Nunes nos projetos que entram na Câmara Municipal. Nada tem a ver com o projeto do Iprem e foram colocados itens. Está sendo colocada, por exemplo, a criação... É um *case* do Governo do Estado, do Governo Doria, do Governo Tucano, no Estado de São Paulo, da categoria O dos professores precarizados no Estado de São Paulo. (Palmas)

Está trazendo isso para cá para o município de São Paulo. É a precarização dos trabalhadores. São mil vagas. Gente, são mil vagas de residência pedagógica. A gente não sabe se esses residentes serão professores, se darão aulas. Não sabemos, porque a lei vai ser

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

aprovada e depois, em um decreto, em uma portaria, vão ser colocadas atribuições para essas pessoas.

A gente tem necessidade de concurso público, de mais professores e de mais quadro de apoio. Isso, sim, nós temos necessidade. (Palmas)

E aí, não são mil. Aí, são dez mil, 20 mil, porque a rede carece de professores, profissionais da educação. Trazer essa realidade da precarização do trabalho com a categoria O – há em outras carreiras também, falo também da residência pedagógica. É gravíssima, gente.

Na categoria O, no Estado, são mais de cem mil professores precarizados, não têm acesso ao IAMSPE e, aqui, esses trabalhadores estarão na Prefeitura de São Paulo e também, com certeza, não terão nem o direito ao nosso HSPM. É uma precarização total da mão de obra, do trabalho na nossa cidade.

Então, nós pedimos que o Governo, que os representantes, a Casa Civil e a Secretaria de Gestão retirem esse projeto, retirem esses jabutis que foram colocados, e discutam com os servidores a questão do Iprem, a questão do dinheiro da vida dos servidores públicos municipais. É o dinheiro das nossas vidas e não foi discutido com ninguém.

O que está sendo implementado é a versão três, o Sampaprev 3, pois não bastou só o confisco de aposentadorias e pensões. O Prefeito Ricardo Nunes não ficou satisfeito só com isso. Agora, ele quer pegar o dinheiro também da nossa previdência do Iprem.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Para o encerramento, Vereador, por favor.

O SR. CELSO GIANNAZI – Então, é necessário, Secretário Fabricio, retirar imediatamente esse projeto para que seja discutido individualmente.

Iprem é um assunto; a residência e concurso público outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Vereador.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, não vamos votar. Vamos obstruir, porque é um projeto péssimo para o servidor.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Vereador.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Só uma informação para vocês. Estamos com uma retransmissão na sala ao lado. Se alguém quiser se acomodar melhor, inclusive o pessoal que está lá fora quiser assistir, temos uma retransmissão ao lado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Já tem na sala ao lado, pois colocamos uma retransmissão e está liberada para acomodar as pessoas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – É a sala que temos.

Lembrando que temos essas salas até às 13h30; então, acho que precisamos ser breves, a fim que todos falem e, por isso, serei um pouco restrito na questão do tempo da fala. A sala é até 13h30 e daqui a pouco vocês não conseguem falar. Há bastante inscritos, inclusive.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Presidente, pela ordem, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Vereadora Silvia, vou pedir que nos mantenhamos dentro dos três minutos, se não, realmente tem muitos inscritos e as pessoas podem não conseguir falar.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pode deixar, Presidente; em três minutos, eu consigo falar o que quero.

Esse projeto tratava do Iprem até ontem à noite. No Colégio de Líderes de terça-feira, o que debatemos é que esse projeto seria votado hoje, tratando-se do assunto Iprem.

Quando chegou o projeto, ontem à noite, para nós, vimos que, tenha o quê? Uma surpresa – tem gente que fala que é jabuti, tem gente que fala que é kinder ovo, porque por fora é o chocolate, quando você abre tem uma surpresinha dentro. E a surpresinha dentro, pessoal, não se trata do assunto Iprem.

Não é possível que tenhamos uma metodologia, que pautemos uma primeira

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

audiência pública, trazemos o projeto para debate na Câmara, mas quando vamos para a segunda audiência pública esse projeto vem com uma surpresa que nós não debatemos com ninguém.

Então, essa surpresa trata-se: residência, que é uma modificação de uma residência que já existe, uma alteração de uma residência que já existe, mas que amplia a residência para outros setores da Prefeitura Municipal. E o mais grave: não há vaga de residência pedagógica na educação.

Vejam bem: eu não sou gestora, mas sou educadora, sou professora da Rede Municipal de Ensino, por isso posso dizer com plena certeza e convicção, na vaga de residência com profissionais sem concurso público, sem direito a férias, sem direito ao décimo terceiro, com salário muito aquém dos salários dos profissionais concursados, isso é precarização. E isso, tenho certeza, que não se trata de um *case* de sucesso, se trata de um *case* de fracasso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Na educação pública, que é a área que eu conheço, isso não pode passar. Isso é um ataque à carreira do magistério, isso é um ataque a toda situação, tudo que nós construímos na rede municipal, o qual nós prezamos por ter: servidores efetivos, servidores qualificados que passam por concurso público e que possam, com qualidade, prestar um serviço na nossa Rede Municipal de Educação. O serviço da rede municipal é um serviço de qualidade.

Com essa medida, nós estaremos precarizando não só a situação do servidor, mas também a própria qualidade de ensino na Rede Pública Municipal.

Então, com todo respeito, gostaria de pedir à Secretária Marcela, ao Líder do Governo, que essa parte desse projeto não é possível que a apreciemos hoje, porque não estava na pauta. Não está na pauta a residência. Está na pauta Iprem. Sobre Iprem, inclusive, temos várias objeções, por exemplo, a questão dos Conselhos. Mas essa pauta de residência não estava na pauta de hoje. Acho que esse jabuti, essa surpresa, esse kinder ovo, tem de sair imediatamente desse projeto.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Obrigada. Cumpri o tempo necessário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Vou abrir a fala, agora, para as pessoas que se inscreveram.

O primeiro inscrito é...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, eu me inscrevi também.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Desculpe, Vereador. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento todos os servidores, todas as entidades e toda a Mesa.

Nós, do PSOL, votamos a abstenção na primeira votação; por quê? Porque somos a favor do concurso público para os cargos, que está estabelecido no projeto. E como a sociedade, os servidores e vários Vereadores falaram sobre o fato de que o projeto não deveria ter a modificação dos Conselhos, esperávamos que o substitutivo do Governo viesse melhorado. Mas o que aconteceu é que veio piorado. Veio pior do que algo que já era ruim.

E assim: não dá para entender determinadas questões. Por que tirar um Conselho Paritário, onde as pessoas, os servidores, podem colocar seus representantes ali? Por que colocar outros Conselhos acima do que um Conselho Paritário? O que está por detrás disso?

Na lei do Sampaprev 2 já se coloca que pode ter uma instituição financeira tomando conta do nosso dinheiro. Quer dizer, o que vai ser associado a uma instituição financeira que qualquer Prefeito pode colocar, conjuntamente com Conselhos totalmente indicados por esse tal Prefeito. O que vai dar isso?

Estou falando assim porque estamos discutindo a vida de todo mundo. Aqui é o dinheiro das pessoas que estão depositando lá e que esperam se aposentar, um dia, mas ter garantida sua aposentadoria depois. Eu, como servidor, não admito um negócio desse, ou seja, que outro, que um Conselho que não tem representação da minha categoria vá tomar conta do meu dinheiro e vá fazer investimentos que nós, sabe-se lá, no que vão dar esses investimentos.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

E, depois, se o negócio quebrar lá na frente, se quebrar, quem é que vai assumir isso? Quem vai garantir a aposentadoria dos servidores e a refeição desses servidores? Isso é um escândalo.

E quando vejo, na Mesa, vocês falam assim: “Não, mas olha, estamos fazendo o concurso público, ou vai fazer o concurso público, abrindo os cargos, porque isso está defasado faz tempo”. Ué. Se isso está defasado faz tempo por que não fizeram antes? Agora estão colocando a questão de se ter os cargos como bodes expiatórios para vir as outras questões.

Então, o que está em jogo não são os cargos – cargos que estão em jogo como prioridade do Governo, porque se fosse prioridade do Governo, esses cargos já tinham sido preenchidos antes, inclusive tem cargos vagos, que não são ocupados e para os quais não se faz concurso público – mas sim essa modificação que querem fazer no Iprem. E, para quem é servidor público, isso daí é um desastre. É um desastre.

Aliás, não sabemos quem, a cada quatro anos, vai sentar naquela cadeira. Já foi um absurdo no Sampaprev 2 termos a possibilidade de ter uma alíquota complementar, porque quem senta naquela cadeira é a bel prazer dele, por 28 votos já coloca uma aposentadoria complementar, uma alíquota complementar para cima do servidor. E, agora, vão mexer no Conselho que tira a legitimidade dos servidores que poderiam colocar seus representantes. Isso não tem conversa. Isso não tem desculpa. Isso é um absurdo.

E outro absurdo ainda agora é a precarização que vai acontecer em vários setores, mas principalmente na educação, que são mil cargos. Isso significa que nós vamos, aos poucos, transformar a rede municipal na rede estadual, da qual eu já fui professor. A rede estadual está muito precarizada e a situação lá está muito difícil por causa dessas políticas feitas que não deram fruto nenhum, e a Prefeitura vai copiar uma política que deu errado. Eu não entendo isso e ainda vêm falar de *expertise* na Mesa. Que *expertise* é essa em copiar o que não deu certo? *Expertise* seria se copiássemos o que deu certo, o que já foi testado. Copiar o que deu errado não é *expertise*.

Nós vamos obstruir esse projeto a todo custo hoje na sessão plenária.

Muito obrigado. (Palmas)

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Vereador Toninho.

Abro agora a palavra aos inscritos.

A primeira inscrita é a Sra. Margarida Prado Genofre, da Aprofem, coordenadora do Fórum de Entidades.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa tarde, Presidente desta Comissão, todos os Vereadores presentes, Sra. Marcela, Fabricio, Márcia Ungarette e todos os servidores presentes que estão tão indignados como nós.

Ontem, nós estivemos nesta Casa e fomos recebidos pelo Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, que nos deixou um laivo de esperança de que as coisas poderiam melhorar um pouco com o PL 447, conforme tinha vindo para a Câmara e já passado por primeira votação e conforme já debatido na audiência pública da semana passada. Entretanto, à noite chegou um substitutivo do Executivo, cheio de coisas que não foram debatidas.

Sob o pretexto de criar cargos, o PL 447 mexe com o nosso Iprem ao criar esses dois Comitês e, como já foi explicado tão brilhantemente pelos Vereadores que me antecederam: significa a raposa tomando conta do galinheiro. Pior ainda é que nada foi discutido com as entidades, sendo que nós temos um sistema de negociação permanente para discutir com os servidores as questões de seu interesse. Nenhuma palavra foi trocada com os servidores e, ainda pior, com os 55 Vereadores desta Casa. Portanto, isto é o que nós vamos assistir: um trator, uma moto niveladora passando por cima da responsabilidade dos 55 Vereadores desta Casa. Um verdadeiro escracho e um esculacho, porque ninguém é menos que ninguém, e cada Vereador desta Casa tem um voto.

Eu sei que há Bancadas e votos fechados, mas nenhum dos Vereadores, muito menos os da Oposição, foi consultado. Nenhum deles teve a oportunidade de se posicionar, de debater o assunto, de fazer propostas, de discutir a questão. Isso é vergonhoso, gente. Isso é uma vergonha para esta Casa.

Eu acredito que os Vereadores desta Casa, eleitos pela população, têm delegada pela população a competência para discutir qualquer tema de interesse da cidade. Passar por

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

cima disso é um desrespeito muito grande do Prefeito com os Vereadores. Por outro lado, é uma covardia muito grande dos Vereadores se submeterem a isso como cordeirinhos. Por isso, eu cobro de cada um de vocês a responsabilidade. Eu não posso impor a cada um a minha opinião, mas escutem, ponderem, analisem, proponham, modifiquem, cumpram o papel para o qual foram eleitos. Discutam os rumos da cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigada, Sra. Margarida.

O próximo orador é o Sr. João Gabriel, Presidente do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA – Bom dia a todos e todas, aos Secretários presentes, aos Vereadores e Vereadoras.

Nós viemos hoje pela expectativa que foi construída pela Liderança do Governo, que prontamente nos recebeu na noite de ontem e nos expôs a perspectiva de que esta Casa estava aberta para a construção de alternativas ao texto e de discussão no processo legislativo. Porém, o que nós estamos vendo é um trator acelerando para passar em cima da cabeça das servidoras, dos servidores e da nossa expectativa.

O *case* de sucesso que a gente quer ver nesta Casa é a revogação do confisco de 14%, que está massacrando os aposentados e as aposentadas. Essa era a discussão que a gente gostaria de estar fazendo. No entanto, como já mencionado na audiência anterior, o projeto trata de qualquer outra coisa que não a criação da carreira do Iprem.

Nós somos a favor da criação de carreiras públicas, mas a essência desse projeto não pode ser a alteração de dispositivos no processo de condução e gestão do nosso dinheiro, das nossas aposentadorias, do nosso futuro. Se o Governo está convicto de que está melhorando, ampliando e modernizando a gestão do Iprem, por que então está alterando o sistema de governança e fiscalização na calada da noite? Quem está fazendo o que é certo, não faz escondidinho. A gente está vendo que o substitutivo que está sendo apresentado está deturpando o projeto legislativo, uma vez que está alterando quatro leis. Mas se trata mais ainda de alterar e usurpar o papel do Conselho Deliberativo e Fiscal. Neste momento, o projeto está

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

atacando o processo de contratação de trabalhadores na Prefeitura de São Paulo.

Nós queremos discutir a residência, mas nós queremos discutir a residência e de como garantir a essas pessoas que passam três anos trabalhando para a Prefeitura de São Paulo o acesso ao Iprem, ao décimo terceiro, a férias remuneradas, que são direitos que estão sendo negados a esses residentes. Vocês estão alterando o auxílio acidentário, e a conta final de quem sofre acidente não está sendo apresentada. Nós queremos entender quais serão os valores do auxílio acidentário. Está sendo retirado o fator de multiplicação, e a conta que nós estamos fazendo, sem que o Governo tenha vindo apresentar a alteração, é de que o valor de quatro mil reais vai cair para 200 reais. Por favor, Governo, apresente qual vai ser a alteração.

Ao não oferecer um debate a esse projeto, nós estamos perdendo uma oportunidade de fazer valer os votos da população que elegeu os 55 Vereadores e Vereadoras. A decisão de passar o trator por cima da população, dos servidores e servidoras já está tomada. Este não é um debate legislativo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Sr. João.

Informo a presença dos Vereadores Senival Moura e Luana Alves, que acabaram de chegar.

O próximo inscrito é o Sr. Francisco Ernane, Presidente da Associação dos Contadores Municipais.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Boa tarde, Vereador Thammy. Na sua pessoa, cumprimento os demais Vereadores presentes e os colegas e as colegas.

A Associação dos Contadores e a Federação das Associações, também representada por mim, rechaçam as competências e também a forma de eleição dos Conselhos deliberativos e Conselhos fiscais.

Já no tocante à questão do PL que trata da criação dos novos cargos, do cargo de analista de previdência, logicamente nós somos totalmente favoráveis, não há dúvida alguma quanto a isso. Por outro lado, nós apontamos, enquanto Associação dos Contadores, que há um conflito com relação às competências atribuídas a esta nova carreira. Se o Iprem pretende

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

contratar analista, se pretende capacitar e ter um quadro de profissionais para cuidar da previdência, apoiamos, afinal de contas são os nossos recursos que estão em jogo. Têm todo o nosso apoio. Agora, o que não pode, o que é inadmissível... e eu vou pedir licença aos colegas, porque, ao final, eu vou distribuir os conflitos legais dessas atribuições.

Ontem, eu tive a oportunidade também, com os colegas, de externar ao Vereador Fabio Riva o seguinte: como é que pode se fazer um concurso de uma carreira larga, onde se tem ciências jurídicas, econômicas, administração, atuarial e contabilidade também e você transferir para esses profissionais atribuições específicas e prerrogativas de contadores? Além de ferir legislação, fere ética e fere técnicas profissionais. Vou dar um exemplo: vide o inciso X, do Anexo II desta Lei, deste PL, que traz as atribuições. Lá está claramente, expressamente: executar orçamento, executar contabilidade e outras atividades, prerrogativas de contadores. Inclusive, eu deixo bem claro que no Iprem existe a carreira de APDO na especialidade ciências contábeis, são os nossos colegas contadores. Então, esse é o incentivo que os nossos colegas têm para desempenharem os seus papéis no Iprem? Esta é a pergunta.

E para complementar, Vereador Thammy, tem uma outra questão de fundo que eu também reputo como de suma importância, que é a seguinte: se nesse concurso eventualmente não for nomeado contador, então eventualmente outras áreas atuarão na contabilidade, na execução orçamentária, na execução financeira. Então, essa questão, Secretária Marcela, Superintendente Márcia, nós já apontamos isso quando tivemos oportunidade. Enviei *e-mail* para a superintendente ao final da última audiência pública; enviei para a Comissão de Administração. Vou fazer uma entrega pontual desses conflitos fundamentados que estão ferindo lei já existente da Prefeitura, que atribui essas atividades para nós, contadores; estão ferindo resolução do Conselho Federal de Contabilidade. Isso é muito sério.

Então, eu peço para que revejam, assim como já foram revistos alguns conflitos em outras carreiras, o que fizeram muito bem neste PL.

Para concluir, por favor, dá tempo ainda. Excluam das atribuições dessa nova carreira as carreiras que conflitam com o nosso quadro. E, finalizando de verdade, estamos

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

apoiando e pedindo o apoio da Casa Civil, da Secretaria de Gestão para que, por favor, avancem com esse edital de concurso, que já está em curso na Casa Civil. Por favor, vamos fazer acontecer esse concurso para fortalecermos o quadro do Iprem até que se tenha esse reforço advindo deste projeto.

Obrigado pela compreensão e pela extensão da minha fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Sr. Francisco.

Eu chamo, agora, Olga Melo, do Sindsep.

A SRA. OLGA MELO – Boa tarde, companheiros e companheiras.

Cumprimento os nossos cabeças brancas, os nossos aposentados e aposentadas que estão nesta audiência; o Vereador Thammy Miranda, as Vereadoras e os Vereadores, a Superintendente, a Márcia – Secretária Executiva.

Quando a Márcia Regina fala, eu quase me convenço, porque é muito bonito. Quase me convenço. Só que estamos falando de um projeto, o PL 447, que vai atingir em cheio as nossas aposentadorias.

Na audiência do dia 24, nós, que estávamos na audiência, apontamos diversos problemas que eu não vou repetir, porque foram colocados por nossos colegas. Aí, ontem à noite, quando chegou o substitutivo, nós tínhamos uma esperança de que aqueles problemas – que nós colocamos muito bem colocados por nossas entidades sindicais, pelos trabalhadores e as trabalhadoras, pelos servidores e servidoras que estavam naquela audiência – seriam respondidos pelo substitutivo, que as nossas questões seriam respondidas. Mas não.

O Executivo, o Prefeito Ricardo Nunes me parece que acorda todo dia para acabar com o funcionalismo público, porque o que apareceram ali, no 447, foram jabutis. E nós falamos jabuti para que o trabalhador e a trabalhadora, lá na ponta, entendam do que estamos falando, porque, Secretária, *case* de sucesso, para nós, é precarização de mão de obra, quando você coloca mil cargos inspirados no Estado e que todo mundo sabe que deu errado. Quando você coloca uma situação dessas você precariza a vida dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Aí, olhando para a nossa Superintendente, para a nossa Secretária Executiva, vocês são mulheres. Nós estamos falando de uma carreira em que mais de 90% do magistério é composto por mulheres. É uma vergonha. É uma vergonha que este PL, o 447, precarize a vida das mulheres trabalhadoras. (Palmas). Coloquem-se no lugar das trabalhadoras da educação. Isso é um absurdo. Nós não queremos.

Estão saindo vários memes nos grupos. Nós não queremos a raposa cuidando do galinheiro. Não queremos a raposa cuidando do galinheiro, cuidando das nossas aposentadorias. (Palmas).

Tirem as mãos das nossas aposentadorias, tirem as mãos do Iprem. A nossa luta é diária. E olhando as nossas cabeças brancas, para os nossos companheiros aposentados, nós colocamos mais de cem mil na rua na luta do Iprem e estamos disponíveis para colocar mais de cem mil se este projeto não for retirado.

Retira! Retira! Retira! Retira! Retira!

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu chamo agora a Sra. Márcia de Oliveira.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

É, mais uma vez estamos aqui, né? Eu lamento sempre por estar tendo de fazer este tipo de discurso.

Primeiro, eu vou pedir para que o Fabricio, por favor, apoie a Superintendente e vamos fazer o concurso que já está parado há um tempão. Vamos agilizar. Eu estou falando Governo, não estou falando Casa Civil. Então, vamos fazer um concurso de APDO para podermos adiantar.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Nós temos dezenas de concursos em andamento. Foram gerados os chamamentos. O Prefeito chamou mais de cinco mil pessoas nos últimos dois, três anos. Vários concursos na praça: auditor, analista.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Nós estamos pedindo autorização.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Está caminhando uma série de concursos e

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

chamamentos...

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Que bom.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Eu estou mentindo ou não? Eu estou falando a verdade ou não?

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Nós estamos pedindo autorização. Eu só estou pedindo autorização para liberar.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Mas não tem nada parado na Casa Civil.

A SRA. LUANA ALVES – É importante acrescentar o tempo de fala dela, Presidente Thammy.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – E nós estamos pedindo isso para quê? Para podermos já começar a pensar em um quadro na previdência.

Nós precisamos, sim, de um quadro de técnicos lá. Nós precisamos fortalecer o Iprem, mas isso é uma parte. Aí, quando nós estamos querendo entender o Iprem, fortalecer o Iprem, aparece um monte de coisa que nós não queremos. Nós não queremos alteração nenhuma, nenhuma, nenhuma de Conselho, do papel do Conselho. Nós queremos um Conselho forte. É necessário que tenhamos um Conselho forte. Os nossos conselheiros são eleitos e é preciso termos equilíbrio no Conselho. Então, entendemos isso também.

Nós queremos uma previdência forte. Nós queremos uma gestão, uma governança sobre o Iprem. Era isso o que estávamos discutindo até ontem à tarde. Aí, de repente, chegou dez horas da noite e chega, de novo, um monte de questões que não foram colocadas. E, aí, eu coloco de novo: gente, não é o caminho. O caminho é o da discussão, é o da construção. Apareceu um monte de questões que não foram, em momento algum, colocadas. Aí, entra a residência. Quanto à residência, sabem o que eu lamento? Além de precarizar o nosso serviço público, eles também não vão contribuir com o Iprem. Estamos falando de querer fazer um Iprem saudável e não temos concurso público com mais de mil e quinhentas vagas. É disso que estamos falando.

Se é um caso tão exitoso, eu quero ver agora os concursos que estão sendo todos,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

o jurídico e todos os demais, se essas pessoas que fizeram residência vão prestar concurso e vão ser aproveitadas, se há essa *expertise* mesmo, porque eu sou administradora, gosto de fazer lógicas.

Nós vamos pegar todos esses *cases* de sucesso, o nome dessas pessoas que fizeram e se elas se inscreveram no concurso e foram aprovadas, se essa residência realmente não está sendo apenas uma mão de obra barata. E não está contribuindo para o essencial que é o Iprem, não temos concurso para manter, então, daqui a dois, quatro, cinco anos, vamos voltar de novo. Isso está virando matéria recorrente, de cada um ano estamos falando do Iprem. Vamos esgotar, não dá para ser esse caminho.

E falo mais uma vez: as entidades também são legítimas, nós temos um mandato, temos os nossos servidores que representamos. É muito importante essa discussão ser construída com as entidades sindicais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Muito obrigado, Sra. Márcia. Tem a palavra o Sr. Felipe Torres, da Anis.

O SR. FELIPE TORRES – Boa tarde a todas e a todos.

Vou pedir perdão aos colegas e a quem diz que esse projeto tem jabutis. Ele não tem jabutis; tem um elefante.

Retirando-se aquilo que importa no projeto, que é a criação de uma nova carreira e de cargos, sobre o que temos apoio completo, embora não apoiemos a remuneração por subsídio, todo o resto é inservível, é imprestável. Isso não é jabuti, é um corolário de disposições que são altamente nocivas para a nossa Previdência.

Sabemos que o Governo tem feito isso, não tem inovado, todos os projetos mandados para a Câmara são assim, 1% de bondade com 99% de maldade, que é para constranger a Oposição. Mas acho que precisamos dizer para os Vereadores de Oposição, não votem, obstruam, exijam do Governo que se vote em separado a questão da criação das carreiras, porque todo o resto é absolutamente imprestável.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

E tive de escutar, inclusive escutei isso aqui, todos escutaram, que servidor efetivo está sendo valorizado e que a administração está efetivamente fazendo umas duas centenas de concursos aproximadamente sem discutir com absolutamente ninguém. Agora, pergunto aos representantes do Governo, Secretária Marcela; Secretário Fabricio; representante do Governo, Sr. Fabio Riva: é verdade ou é mentira que vocês eliminaram três mil e trezentos cargos de nível superior?

E antes disso, vocês eliminaram milhares de cargos de AGPPs, que foram supridos e estão sendo supridos com mão de obra precarizada. E é a mesma coisa que está se fazendo agora com a criação dessa tal residência. E vejam bem, agora está se fazendo a proposição de provimento e de cargos do Iprem que são necessários, mas isso poderia ter sido feito há muito tempo com os cargos que já existiam. E se hoje é verdade que alguns concursos estão sendo promovidos, a verdade é que hoje para gerir as unidades públicas do município é absolutamente insuficiente o número de cargos, porque eles foram eliminados. Eles só podem ser providos pela via da precarização, da terceirização, do contrato temporário, que é a reforma administrativa que fazem nesse estilo, que tem por finalidade acabar com todos nós que somos servidores efetivos estáveis da Prefeitura.

É muito pouco tempo para falar, mas quero ainda fazer uma menção, o Vereador Toninho perguntou o que o Prefeito quer retirando atribuições do Conselho Deliberativo e criando um novo Comitê, como o Comitê de Monetização. Vou tentar falar rapidamente, mas isso vocês precisam investigar. Vocês que são Vereadores da Oposição e todos nós, precisamos lançar luz sobre isso. Quando foi feita a segregação de massas do Iprem, o que o Prefeito fez?

Jogou três bilhões de recursos do Imposto de Renda no Funprev, ele aumentou a contrapartida só para o Funprev para 56%. E hoje ele está criando um Comitê obscuro para transferir próprios municipais sabe se lá como, em um prejuízo ao erário para o Iprem. O que significa isso? O Funprev está virando um balcão de negócios e isso precisa ser investigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE TORRES – Só para terminar: isto vai redundar em desfalque sério.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Eu agradeço.

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Pela ordem, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Queria só, rapidamente, esclarecer. Gostaria que a Presidente Marcia esclarecesse a questão do Conselho Deliberativo.

Nós, inclusive, fizemos uma conversa agora, ela tem uma sugestão. Acho que de uma forma ou de outra podemos minimizar a dúvida acerca do Conselho Deliberativo. Marcia, acho que é importante, porque senão vamos ficar debatendo e já podemos adiantar a questão do texto.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Sana várias dúvidas já. Está com a palavra a Sra. Marcia.

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Vou tentar ser bem rápida, não se está tirando poder nenhum, na verdade, do Conselho Deliberativo. Se olharem, vão ver que tudo no final é passado necessariamente pelo crivo do Conselho Deliberativo.

Então, o Comitê de Monetização só faz uma avaliação prévia dos imóveis que eventualmente queiram ser passados para o Iprem. E, na verdade, quem aceita ou não aceita é o Deliberativo, inclusive, isso está na Lei Orgânica do Município de São Paulo. Então, não tem como retirar isso do Conselho Deliberativo.

Também não se está mudando a composição do Conselho Deliberativo que é paritário, são oito membros, quatro indicados pelo Poder Executivo e quatro são eleitos pelos servidores, pelos ativos, pelos inativos e pelos pensionistas, tanto que no ano que vem vamos fazer uma nova eleição. Isso também se aplica ao Fiscal que são seis componentes, três representantes dos servidores eleitos e três indicados pelo Poder Executivo.

Então, a paridade desses dois Conselhos não muda em absolutamente nada. E a palavra final com relação a receber ou não o imóvel continua sendo do Conselho Deliberativo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Aí, na verdade...

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. FABIO RIVA – Marcia, não podemos explicitar isso no texto da lei?

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Pode. Eu até coloquei: será submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Podemos pôr, não há problema nenhum.

O Comitê de Investimento, quero lembrar, inclusive, porque sei que temos conselheiros do Deliberativo...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Espera um pouquinho. Posso falar?

É assim: o Comitê de Investimento já existe hoje, vocês aprovaram a política de investimento, que foi formulada pelo Comitê de Investimento. Sem a aprovação do Conselho Deliberativo, a política de investimento não pode ser executada.

Então, é da característica do Conselho Deliberativo, ele tem de aprovar a política de investimento, ela não é aleatória, ele é obrigado a aprovar. O Comitê só elabora a política, ele não aprova a política. E o que estamos propondo é que esse Comitê seja composto em sua maioria por servidores efetivos. São cinco membros, dos quais a maioria será de servidores efetivos.

Então, na verdade, o Comitê de Monetização, a proposta é que sejam colocadas pessoas que tenham condições de avaliar ou não os imóveis. Uma pergunta para vocês, é o deliberativo que vai avaliar os imóveis? Eu não sei, porque...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Não. Não é.

Ele continua sendo quem aceita, não tem como tirar isso dele, está aqui, podemos deixar até claro no texto, entendeu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Marcia, só...

A SRA. MARCIA REGINA UNGARETTE – Eu estou tentando só colocar claro que não está tirando...

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Sr. Presidente, só para a gente tentar...

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Pela ordem, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Só para a gente tentar esclarecer, Sra. Márcia, o art. 36 fala das revogações; o Inciso I fala da revogação dos Incisos III e IV do art. 9º da Lei 13.973/2005.

O que a grande maioria dos servidores tem indagado e foi essa a preocupação que eles externaram para mim, ontem, é que essa revogação tiraria a competência deliberativa do Conselho. Então, eu entendo e já conversei com eles ontem e olhando a letra fria da lei, eu tinha o mesmo entendimento que o seu.

Nós precisamos só explicitar isso na letra fria da lei, para que garanta ao Conselho Deliberativo que o voto de qualidade seja do Governo – aprendi isso ontem com eles. E já é do Governo. Automaticamente, todos esses Conselhos de monetização que vão apresentar quais são as melhores propostas, quem vai decidir é o Conselho Deliberativo. Isso está muito claro para mim. Então, quem vai decidir tudo é o Conselho Deliberativo. E nós vamos alterar o texto, é um compromisso.

Pode ser dessa forma, Sra. Márcia?

- Conversa fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Então, mas consta. No Iprem, consta. É outra lei, nós estamos mexendo no Iprem.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Vou seguir com os inscritos, senão as pessoas não terão tempo de falar.

Próxima inscrita é a Sra. Juneia Martins Batista. (Pausa). Próximo, Sr. Marco Antonio Nascimento Pereira; (Pausa). Sra. Sheila Araújo Costa; (Pausa). Sr. Carlos Eduardo Nóbrega Amorim. (Pausa). Próximo inscrito é o Sr. Ivan Ferreira, do Movimento Caravana da Educação.

O SR. IVAN FERREIRA – Boa tarde a todas, todes e todos presentes, seja presencial ou de maneira virtual.

Como o Presidente já anunciou, eu faço parte do Movimento Caravana da Educação, que consiste no pessoal do chão da escola: o quadro de apoio, o professor; diretor e supervisor.

Eu sou Professor de Educação Infantil na EMEI Clarice Lispector, na zona Sul, e de

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

maneira surpreendente, nós fomos atacados com essa notícia ontem à noite. Alguns sindicatos se mobilizaram, então nós viemos prestar solidariedade à luta, porque também somos servidores públicos. Só que, antes, eu queria fazer um reparo.

Exceto a Sra. Márcia, que não estava envolvida diretamente, a Secretária Marcela e o Secretário Fabricio não compareceram na audiência de segunda-feira sobre a privatização dos equipamentos públicos e todas as denúncias que estão sendo feitas sobre o Instituto Baccarelli, onde milhões estão sendo gastos sem previsão de contas.

É muito fácil vir à audiência pública para aprovar projeto do Governo e fugir de audiência pública onde estamos questionando os gastos da Prefeitura. E isso está sendo recorrente nesta Casa, gente. Então, fica o aviso. Compareçam às audiências que vocês estão sendo convidados. Se o senhor não teve conhecimento, Sr. Fabricio, a sua equipe teve, então deveria ter vindo pelo menos uma representação. É assim que funciona.

Eu sou Professor de Educação Infantil, como já pontuei. Antes de eu entrar na rede municipal, da qual eu faço parte da Educação Infantil, eu trabalhei na Creche Oeste da USP como estagiário, de 2010 a 2012. E os estagiários não devem exercer a função das pessoas concursadas, mas isso não acontece. Enquanto estagiário na Creche da USP, eu já fazia papel de funcionárias concursadas. Isso que ocorreu naquela época é a mesma coisa que estamos falando na Categoria O, na rede estadual.

Hoje em dia, a Creche Oeste da USP encontra-se ocupada, porque a Reitoria ia passar o trator por cima dela. Em poucos anos, já vimos o que pode acontecer com essa política de precarização dos serviços públicos e já está acontecendo. Então, sobre essa questão da concorrência pedagógica, está tendo muito zum-zum-zum, blá-blá-blá e lero-lero, porque residência pedagógica já é uma forma de estágio, da mesma forma que acontece nos cursos de Medicina, na Universidade Federal do Estado de São Paulo – Unifesp: o aluno que cursa Pedagogia faz a residência pedagógica por dois anos para ter o diploma.

E agora, vocês estão querendo colocar mil cargos equivalentes a essas pessoas que não têm o diploma de Pedagogia, como já acontece na rede parceira, nas creches conveniadas,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

onde a grande maioria não tem o diploma de Pedagogia. Dessa forma, vocês caem em uma contradição, que já está posta nos próprios cursos de licenciatura e vocês estão usando essa contradição para precarizar ainda mais a ponta, quem está no chão da escola.

Também como os sindicatos pontuaram, nós exigimos compromisso. Eu sou filiado ao PSOL e tenho certeza de que a bancada do PSOL, Vereadora Luana, Vereador Toninho, Vereador Celso, Vereadora Silvia e os outros dois mandatos da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e da Vereadora Jussara, vão obstruir, porque essa é a essência do nosso partido. Conto com a presença do Vereador Senival, representando a Bancada do PT, e os oito mandatos da Bancada do PT.

Nós temos que obstruir, gente. Se não obstruir, vai acontecer o quê? Como o Vereador Celso pontuou, o Sampaprev 3, eles estão dando canetada, para piorar...

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Conclua, Sr. Ivan, por favor. Senão as outras pessoas não conseguem falar.

O SR. IVAN FERREIRA – Eu vou concluir, Presidente. Mas eu também vi gente que tinha direito a três minutos falando por sete, da Base do Governo, e não teve problema nenhum em falar.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Não, jamais.

Nós estamos muito restritos no horário. Primeiro, porque a sala tem que ser entregue e, segundo, senão as outras pessoas também não conseguem expor o pensamento delas.

O SR. IVAN FERREIRA – A sala tem que ser entregue e o projeto tem que ser retirado.

Para finalizar, eu gostaria de lembrar, como diria a nossa querida professora Lisete Arelaro, que todos nós que somos do chão da escola sabemos a importância dela para as políticas públicas da educação: “Recordar é viver”.

No Sampaprev 2, nós fizemos uma baita campanha: “Se votar, não vai voltar”, e houve uma audiência pública sobre o Orçamento, na qual a Soninha Francine falou que vocês não tinham roubado o dinheiro da nossa aposentadoria, mas que vocês tinham aprovado. Então,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

como vocês aprovaram na Câmara, não foi um roubo o Sampaprev. Só que ela não voltou. Pode ter conseguido cargo comissionado, mas não voltou. Se votar, não vai voltar. Se votar, não vai voltar ano que vem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Sr. Ivan.

Próxima inscrita é a Sra. Durvalina Soares.

A SRA. DURVALINA SOARES – Boa tarde a todos, a Mesa, os Srs. Vereadores, os representantes do Governo, o Superintendente do Iprem, colegas.

Estamos aqui, de novo, numa situação para lá de insólita de complicada, de absurda, porque nós temos um sistema de negociação permanente, no qual os servidores, através das suas representações, participam das Mesas, das negociações, sobre aquilo que o Governo quer para nós, aquilo que nós queremos para nós e para a cidade.

E aí, mais uma vez, vem um projeto para a Câmara sem que tenha havido nenhuma negociação. Tomamos conhecimento quando o projeto já estava aqui.

Gente, eu sou velha, tenho muito tempo de militância, de experiência de trabalho, foi muito suor dado por esta Prefeitura, muito sangue nesta cidade de São Paulo. Não posso admitir que sejamos tratados dessa maneira. Isso é um absurdo. Pior que cachorro. Vem tudo para a Câmara Municipal sem nenhuma discussão conosco. Depois, temos meia dúzia, uma dúzia de falas de três minutos cada um, quando nós mal conhecemos o projeto.

Fomos ver, estudar o projeto original. *O.K*. Ontem à noite, entra um novo projeto, porque o que está colocado é muito grave, é muito sério.

A cidade de São Paulo resolveu precarizar os seus funcionários, os seus servidores.

O que é isso? São 1500, 1850 vagas em regime precário? Residência?

Gente, tomem vergonha na cara, residência é outra coisa. Isso nós conhecemos há muito tempo. Sabe o estagiário que ficava ali conosco? Pois é. Nós sabemos como isso funciona.

É precarizado. É muita gente. E gente que não vai ter direito a nada, vai ter um salário porcaria – eu iria dizer outra coisa, mas o decoro não permite. E não vai direito mesmo ao HSPM,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

não vai direito ao Iprem.

Estão mexendo no nosso Iprem. Estão mexendo no nosso Conselho, botando uma série de questões. E o dinheiro do Iprem é nosso. Nós somos descontados todos os meses.

Eu sou aposentada e tenho desconto de 14% todos os meses no meu salário. Eu sou confiscada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. DURVALINA SOARES – Isso é roubo. Só que é roubo institucionalizado, então chamamos de confisco.

Eu não tenho nenhum direito de nada. Eu posso vir aqui de vez em quando, extravasar, xingar um pouco, gritar um pouco. É tudo que me resta, porque o meu dinheiro no bolso, que está fazendo muita falta na casa de todo aposentado sumiu, evaporou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Pela conclusão, por favor, Sra. Durvalina.

A SRA. DURVALINA SOARES – É o seguinte: nos Comitês, no Conselho, nós exigimos ter representação. E representação sem que tenha restrições – sem essa de ser somente para pessoal de nível superior.

A minha associação é de servidores de nível superior, mas temos todo o respeito pelos colegas. Conhecemos a *expertise*, conhecemos a história de vida dessas pessoas. Isso é um absurdo.

Para concluir, eu quero dizer que esse projeto, pela dignidade dos servidores, pela dignidade dos Vereadores desta Casa, deve ser retirado. Que possamos discutir. Que possamos, de fato, ter alguma influência sobre o que acontece nas nossas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Tem a palavra a Sra. Lourdes.

Sra. Lourdes, eu peço, por favor, que a senhora me ajude, senão realmente as pessoas não vão conseguir falar.

A SRA. LOURDES – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou a Lourdes, servidora da educação municipal, aposentada; representante

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

sindical, filiada ao Sinpeem e ao Sindsep.

Eu gostaria de dizer que eu ouvi atentamente. A Marcela não está ouvindo, mas, pelo que eu entendi do que a senhora falou no início, a criação dos cargos no Iprem é uma reivindicação importante – e eu posso estar enganada, se eu entendi errado, Marcela –, mas os cargos comissionados de comando são cargos que serão indicados, serão os amigos do Prefeito. Então, pelo que eu entendi, quem vai mandar no Iprem, quem estará no comando, são os amigos do Prefeito, não são os cargos de carreira criados. É o primeiro problema.

Segundo problema: parece-me que o Líder do Governo entendeu que o que a Márcia disse não é bem o que está escrito no PL, porque estão tirando, sim, a paridade dos Conselhos.

Ao que parece, o Líder do Governo assumiu o compromisso de corrigir essa distorção neste PL absurdo. Então, estamos avançando e esperamos, Sr. Fabio Riva, que esse compromisso que o senhor acabou de assumir seja concluído, sim, na hora da votação, e retirado o PL.

Uma terceira questão: o Governo começou com um PL com um conteúdo, e, ontem à noite, às 23 horas, o Governo apresentou outra coisa.

Eu queria perguntar ao Líder do Governo...

Aquilo que foi apresentado na calada da noite não pode ser objeto de debate de votação hoje, até porque mil cargos de residência pedagógica...

Eu queria perguntar para a Marcela.

Marcela, mais uma vez: nós temos, na rede municipal de ensino, uma carreira. É a lei 14.660. Temos cargos consolidados na carreira. Nas escolas – talvez a senhora não saiba – faltam professores, faltam funcionários, e nós queremos que tenha concurso público da carreira consolidado pela 14.660. É isso que nós queremos.

Sra. Marcela, Sr. Líder do Governo, Fabio, nós queremos professores e funcionários nas escolas, porque não tem.

Por último, eu gostaria, como aposentada, de apresentar a nossa indignação, porque tem muitos aposentados e aposentadas confiscados com 14%. Há muitos aposentados e

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

aposentadas cujo salário não paga nem alimentação e nem a medicação que muita gente precisa. Quatorze por cento de confisco é uma aberração. É um assalto.

É esse o debate, Sr. Líder do Governo, Sra. Marcela, que temos de fazer aqui.

Qual o compromisso que vocês terão com os aposentados confiscados?

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Eu passo a fala para a Vereadora Luana Alves, que gostaria de fazer uma saudação.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todos os meus colegas Vereadores, aos Secretários, aos membros desta comissão; e, principalmente, boa tarde aos trabalhadores do serviço público que estão tendo que comprovar pelo mínimo e pelo óbvio – todas as entidades e sindicatos.

Eu queria chamar a atenção sobre o andamento desse projeto na Câmara Municipal de São Paulo. E eu tenho certeza de que os meus colegas já disseram, mas eu vou reforçar.

Quando chegou a primeira versão do PL 447, que era uma problemática já muito ruim, mas nem perto do que está sendo apresentado agora, nós, da Bancada do PSOL, entendíamos que tinha uma disposição de negociação, que tinha uma disposição para tentar tirar o que retrocede em relação à governança e à gestão do Iprem, porque há um retrocesso que está sendo apresentado – aumentar, proporcionalmente, o número de indicados políticos. Pareceu-nos que havia uma disposição para melhorar nesse aspecto. Inclusive, iríamos votar contrariamente – não é, Toninho? –, e nos abstivemos, com o entendimento de que nós poderíamos ter um diálogo e conversar.

Para a nossa grande surpresa, o que acontece é que não somente não melhorou a questão da governança, continua ruim – ainda que se diga que vai mudar o texto; não sei que horas, porque, daqui a uma hora e meia, começa o horário da sessão – como veio um monte de jabutis que não foram ditos, insinuados. Nada. Gente, é uma coisa que tem a ver com método, postura.

Se for para conversar, chamar sindicato, entidade, negociar, ficar tempos na reunião

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

– como eu sei que ficou ontem – para apresentar isso às dez horas da noite, nem reúnam, nem chamem para discutir. Não chamem as entidades, não chamem os sindicatos. Se é para ter esse tipo de postura, voltar atrás em tudo que foi negociado, acordado, colocar elementos completamente novos do dia para a noite, literalmente, então nem reúnam. Para que fingir que quer escutar os sindicatos? Esse é o tipo de postura que envergonha o Executivo.

Vocês podem ter a certeza de que para nós, da Bancada do PSOL, não tem nenhuma condição de votar esse projeto no dia de hoje. Para nós, é adiamento dessa pauta; adiamento dessa matéria. Não tem condição de fazer isso.

Eu queria falar um pouco sobre a residência pedagógica. Eu sou da área de saúde – estava falando com o Toninho. Existe, na Secretaria da Saúde, um programa de residência à saúde. Não é nenhuma novidade. Já está estabelecido; tem regras; e, no programa de residência, como, por exemplo, para medicina de família e comunidade, enfim, os programas de residência em saúde não têm nada a ver com o que está sendo apresentado aqui. Estão utilizando um nome que é ter uma tradição no campo da saúde, quando a pessoa sai com uma especialização; não é mão de obra barata; ela tem uma série de acessos a matérias, professores, tem uma formação acadêmica; não é, simplesmente, mão de obra barata para estar em sala de aula. É outra forma.

Vou convidar vocês todos para fazerem um comparativo do que é o programa de residência da saúde e o que está sendo apresentado, porque, de comum, só tem o nome. É uma tentativa de utilizar uma modalidade que não é de trabalho que é de ensino e serviço; é diferente de serviço, que está sendo vendida como uma solução porque se sabe que precisa de gente na educação.

O número de contratados – e não concursados – está esperando em todas as escolas em que nós vamos, não se tem quantidade de concursados; contrata-se e deixa uma situação terrível em sala de aula em que se tem, por exemplo, a formação para os efetivos, mas não para contratados, uma série de benefícios e fica um clima terrível na escola, em chão de sala.

Então, eu queria dizer que não faz nenhum sentido. Não tem nenhum cabimento isso,

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

principalmente, chamar de residência pedagógica – porque a gente sabe que residência é outra coisa. E não tem nenhuma condição de votar esse projeto hoje. Podem ter a certeza de que, pela Bancada do PSOL, não haverá essa votação no dia de hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Vereadora.

Passo a palavra para o Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Pessoal, eu estou acompanhando atentamente os debates. Sabemos que, de ontem para hoje, surgiram algumas mudanças que estão trazendo um mal-estar muito grande envolvendo os servidores, os Vereadores.

Da forma que está colocado, Vereador Fabio Riva, a gente entende que fica difícil de votar no dia de hoje.

Então, tenho duas ou três sugestões que quero apresentar: uma delas é que a gente possa suspender a votação do dia de hoje – pode ficar para amanhã – para discutir um pouco mais, no sentido de melhorar.

Quando nós votamos, fui à tribuna e disse o seguinte: “nós vamos votar favorável, esperando e entendendo que, em segunda votação, o Governo vai melhorar essa matéria”. Esse foi um dos pontos que citei na tribuna.

Conversando com a assessoria técnica da Bancada, estamos sugerindo o seguinte – até com base na sugestão de diversas falas feitas – primeiro: as deliberações do Comitê de Gestão e Monitoramento da Modernização dos Ativos serão submetidas para deliberação do Conselho Deliberativo; segundo: retirar a revogação das atribuições do Conselho Deliberativo. Isso pode ser escrito no texto, por emenda, mas que seja acolhido pelo que foi dito por vocês. A sugestão é essa, ao menos, para a gente tentar discutir um pouco mais.

Daqui a pouco, vai começar o plenário. Vai ser difícil votar no dia de hoje, Fabio. Então, seria importante que o Governo entendesse e ouvisse o clamor de todos que fizeram uso da palavra (Palmas), no sentido de que pudesse discutir um pouco melhor. Ganha o próprio Governo e, também, atende a necessidade da comunidade trabalhadora do funcionalismo público.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Essa é a sugestão.

Acho que o caminho do diálogo é muito mais prudente e proveitoso, se assim for entendido pelo Governo. Acho que dá para chegar num acordo para melhorar.

Essas são as sugestões que apresentei agora. Se estiverem de acordo, a gente conversa.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Vereador.

Passo a palavra ao Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público presente, eu acho que, mais uma vez, mostra que nós sempre estamos abertos para o diálogo. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Fizemos aqui uma fala. Eu acho que é importante porque, quando precisa conversar com a Liderança do Governo, ela está aberta; agora, quando a Liderança do Governo quer falar, ninguém quer ouvir. Essa é a grande diferença entre quem quer dialogar e quem quer debater. Sim, senhor.

A deliberação com referência à votação, vamos deliberar de acordo com o plenário. Aqui não vamos, em nenhum momento... entendo a palavra do Vereador Senival, conversei com ele, entendi as razões. Nós fizemos, inclusive, com a anuência da Márcia e da Casa Civil, a questão da dúvida com referência ao poder do Conselho Deliberativo – acho que isso ficou muito claro, desde o dia da primeira audiência pública. O fato é esse. A Márcia, no primeiro dia, na primeira audiência pública semana passada, ela já externou isso: “olha, nós não estamos tirando o poder do Conselho Deliberativo. O Conselho de Modernização do Investimento vai se submeter ao Conselho Deliberativo”.

Mas, na letra fria da lei, a interpretação não está sendo muito clara. Então, nós nos comprometemos em acertar o texto com referência a isso para manter ao Conselho Deliberativo a competência necessária que já está na lei hoje.

Com referência a outros assuntos, acho que é importante. Ontem, me comprometi a encaminhar o substitutivo assim que chegasse na Casa e tivesse a publicação. Fiz isso para

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

todos os Líderes. Antes de encaminhar para vocês dos sindicatos e federação, eu encaminhei para todos os Líderes, como sempre faço de praxe, porque nós queremos trazer à luz da audiência pública o substitutivo.

Se existe alguma alteração, algum acréscimo, da parte do Governo, é muito transparente. Em que pese algumas falas com as quais a gente acaba não concordando, mas respeita, mas a ideia é a de dar essa transparência. A audiência pública é para que se publique no dia anterior e venha com um texto para que todos tenham conhecimento automaticamente, o que não era feito em gestões passadas, quando o substitutivo era apresentado de última hora, muitas vezes, tinham dificuldades e não passava por nenhuma audiência pública.

Então, acho que a gente quer construir um diálogo. Existe sempre uma tensão quando a gente fala de servidores, mas a gente tem que ter muita responsabilidade também e ouvir vocês.

Mas, para encerrar, pelo tardar da hora, eu queria dar um dado importante com referência aos concursos públicos. Em 2021, o compilado geral de nomeados foi de 5.317; em 2022, foram mais 5.356; em 2023, 4.652 – e 2023 ainda não terminou. No total desses três anos – corrija-me, Secretária de Gestão Marcela – foram 15.325 servidores concursados nomeados nos últimos três anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Então, eu só queria colocar à luz esses números porque é importante quando a gente fala de nomeação, de concursados, de servidores públicos. Fica somente esse registro.

Secretária Marcela, se me corrige, e são mais 4.600 vagas em concursos novos. Então, nós estamos batendo quase 20 mil novos servidores de 2021 até agora.

É para fazer um registro, porque é importante a gente comemorar as conquistas e, muitas vezes, a gente lamenta só aquilo que não tem.

Muito obrigado a vocês pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Thammy Miranda) – Obrigado, Vereador.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 12/09/2023 14:42:01.

Em alguns minutos, a gente começa a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, neste momento, declaro encerrada esta audiência pública. A gente não pode ter audiência pública com a Comissão.

Declaro realizada a audiência pública do PL 447/2023.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Matéria AUD 195/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 12/09/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=477988.